

# Formação de professores e professoras indígenas no chão das aldeias do norte e oeste da Bahia, Brasil

Floriza Sena Fernandes\*; Anny Carneiro Santos \*\*

## RESUMO

A educação escolar indígena no Brasil foi imposta aos povos originários e tecida nos modelos eurocêntricos numa tentativa de colonizar e civilizar não só os corpos, mas também seus saberes, sua ciência, seus ritos e mitos, sua organização social, sua cosmologia. Resistindo ao projeto civilizatório os povos indígenas vem lutando por um sistema próprio de Educação Escolar diferenciado e intercultural com os saberes construídos em sua cosmovisão e nos espaços contextualizados. Eles têm inaugurado experiências localizadas em cada povo, região e/ou aldeia, demonstrando eficácia e força criativa na dinâmica do contato com os “outros”, demarcando os processos de resistência, permanência e/ou transformações culturais, promovendo mudanças em relação à perspectiva colonialista de assimilação e integração na sociedade hegemônica não indígena. Este texto discute as perspectivas da educação escolar indígena partindo da experiência da Ação Saberes Indígenas na Escola no Território Etno Educacional Yby Yara e mostra a necessidade desta ação ser assumida como política pública de formação de professores da Educação Escolar Indígena no Estado da Bahia.

**Palavras-Chave:** Educação Indígena; Ação Saberes Indígenas; Políticas Públicas; Formação de professores.

## RESUMÉN

La Educación Escolar Indígena en Brasil se impuso a los pueblos indígenas y fue tomando cuerpo dentro de los modelos eurocéntricos con la intención de colonizar e “civilizar” no solo los cuerpos, sino también sus saberes, su ciencia, sus ritos y mitos, su organización social, su cosmología. Estos pueblos indígenas han resistido al proyecto civilizatorio y continúan luchando para conseguir un sistema propio de Educación Escolar diferenciado y intercultural con saberes construídos a partir de su cosmovisión y dentro de un marco contextualizado. Muchas etnias indígenas han inaugurado experiencias localizadas en sus regiones y aldeas demostrando eficacia y empenho creativo en su contacto con los “otros”, los detentores de la cultura dominante. Estas etnias están configurando procesos de resistencia, permanencia y transformación cultural. Consiguen promover mudanzas en lo que respecta a la asimilación e integración en la sociedad hegemónica no indígena. Este texto aborda las perspectivas de la Educación Escolar Indígena a partir de la experiencia de la Acción Saberes Indígenas en la Escuela en el Territorio Yby Yara. Nos presenta la necesidad de que esta Acción sea asumida como política pública en la formación de profesores de educación escolar indígena en el Estado de Bahia - Brasil.

**Palabras claves:** Educación indígena; Acción Saberes Indígenas; Políticas publicas; Formación de profesores.

---

\*Professora da Universidade do Estado da Bahia - UNEB atuando também na Licenciatura Intercultural de Educação Escolar Indígena. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe e Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia. Está coordenadora do Centro de Pesquisas em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação – OPARÁ/UNEB e da Ação Saberes Indígenas na Escola no Território Etno Educacional Yby Yara –BA

\*\*Professora do ISEO/Brasil. Mestra em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social na Fundação Visconde de Cairu; Graduada em História, Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação/OPARÁ/CNPq, atuando na linha de Pesquisa Etnologia, Educação, Educação Indígena, Interculturalidade.

## **A AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA COMO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, DIFERENCIADA E CONTEXTUALIZADA**

Este texto é fruto de uma reflexão das autoras durante o acompanhamento da "Ação Saberes Indígenas na Escola", projeto de formação de professores indígenas no Território Etnoeducacional Yby Yara/Bahia. Não existe aqui a pretensão de fazer longas abordagens e discursos epistemológicos em relação à educação escolar indígena ou mesmo problematizar uma teoria do conhecimento que em nosso entendimento está mais consolidada nas práticas pedagógicas dos professores e escolas indígenas que sistematizada no mundo acadêmico. Trata-se de socializar uma experiência considerada exitosa pelos professores indígenas envolvidos no projeto e provocar o debate na perspectiva de pensar o projeto Ação como possibilidade de ser transformada em Política Pública de Estado para a formação permanente e continuada dos professores indígenas.

Historicamente a educação escolar organizada pelo Estado brasileiro para os povos indígenas representou um recurso fundamental à construção de identidades colonizadas unindo a dominação cultural com a integração ao sistema produtivo (GRUZINSK, 2001). O Estado concebido como um sujeito primordial no processo histórico de construção, (des)construção das identidades e universalização das práticas sociais, normatizando e disciplinando desejos, interesses e estruturas sociais, tem no seu âmago a base constitutiva da sociedade e neste sentido a educação para os povos originários foi concebida numa perspectiva homogeneizadora e eurocêntrica visando o desenvolvimento das forças produtivas sobre acúmulo de capital. O modelo econômico de propriedade privada, latifúndio, monocultivo e trabalho escravo, encontram princípios e bases legitimadoras no espaço do poder político do sujeito civilizatório, o Estado, para a formação permanente e continuada dos professores indígenas.

O conquistador – “Bravo e destemoroso resignado e tenaz ‘com desempenho viril’ – assumiu a figura, nas primeiras tintas que lhe definiram o perfil do cativador de índios, de buscador de minas, de rastreador de campos de criação, contratado pelos poderes públicos para pacificar certas regiões em que os naturais apresentavam mais rígida resistência”. “Os conquistadores podiam cativar a indiada, recebiam vastas concessões territoriais, iam autorizados a distribuir hábitos e patentes aos companheiros mais esforçados”. (FAORO, 2010, p.180)

Mas o Estado não é obra do espírito, mas sim resultante dos contextos sócio-históricos da humanidade; é a materialização do poder político e em sentido tradicional é o conjunto de atividades que de alguma forma se refere a polis, a governança dos indivíduos e da natureza mediante o uso da força ou dos consensos socialmente construídos. Como afirma Poulantzas (1978, p.152), o Estado não é um sujeito com vontade autônoma, tampouco um instrumento de classes, mas sim uma condensação material das relações de forças, um campo de batalhas estratégico. Neste sentido os povos indígenas têm utilizado este campo de batalha ou fissura no próprio Estado para garantir a retomada de seus territórios, sua cultura, línguas, cosmovisão, autodeterminação e no campo educacional, além de exigir políticas públicas e inclusão de um modelo que considere as diferenças e pluralidades étnicas, tem também inaugurado em suas experiências formativas nos territórios uma epistemologia da interculturalidade. Os indígenas concluíram que a educação usada pelos colonizadores como instrumento de dominação e integração ao modelo colonialista poderia se transformar em uma forte aliada em suas lutas de retomadas. Como afirma Ferreira (2001, p.71):

A finalidade do Estado brasileiro que procura aculturar e integrar os índios à sociedade envolvente por meio da escolarização confronta-se atualmente, com os ideais de autodeterminação dos povos. Para os índios, a educação é essencialmente distinta daquela praticada desde os tempos coloniais, por missionários e representantes do governo. Os índios recorrem à educação escolar hoje em dia como instrumento conceituado de luta.

A formação permanente e continuada reforça e amplia a ação de diversos educadores e educadoras indígenas que desejam fortalecer suas individualidades e suas identidades coletivas enquanto sujeitos orgânicos que elaboram e se comprometem com o conhecimento alterando as realidades opressoras e excludentes. As experiências dos Povos Indígenas no limite, com seus sistemas próprios de educação partilhados no cotidiano dos seus territórios têm demonstrado eficácia e força criativa na dinâmica do contato com os "outros", demarcando os processos de resistência, permanência e/ou transformações culturais, promovendo mudanças em relação à perspectiva positivista de assimilação e integração à sociedade hegemônica não indígena, colocando no seio do Estado brasileiro suas demandas, desejos, interesses e cosmovisão, formulando em meio a tensões uma nova política de educação que atenda aos princípios multiétnicos da sociedade brasileira. A política pública entendida como processo conflituoso no que diz respeito à imposição de objetivos, conteúdos e as decisões de distribuição, a presença dos povos indígenas neste processo rompe de alguma forma com a política de integração que fundamenta-se na falsa ideia ou crença de que a humanidade passaria necessariamente por um único processo evolutivo no qual a civilização europeia seria o ápice perfeito deste processo. Essa visão preconizava que os índios brasileiros deveriam abandonar sua própria identidade.

Nessa perspectiva, uma mudança no entendimento em relação aos projetos de escolarização impostos aos índios implica reconhecer que os povos indígenas, mesmo que difuso e contraditório, ora assimilando os valores internalizados da educação eurocêntrica, ora resistindo e problematizando, mantêm vivas as suas formas de educação próprias que podem contribuir na construção de políticas e práticas educacionais adequadas, capazes de atender aos anseios, interesses, necessidades e desafios diários que hoje se impõem a esses povos.

Do ponto de vista institucional e da racionalidade eficaz há um rompimento como fruto da luta dos povos indígenas por entendermos que o Estado não é apenas um instrumento de dominação de classes, mas ele pode se constituir em uma condensação material da pressão das classes populares, portanto, no seio do Estado se processa a hegemonia e a contra hegemonia a depender das pressões da sociedade organizada. Assim, a Constituição de 1988 reconheceu aos Povos Indígenas o direito à organização, manifestação linguística, cultural, ser e viver segundo seu projeto societário. A Carta Magna também marcou historicamente o processo de legitimação da educação como instrumento de luta e fortalecimento da identidade dos povos indígenas, assegurando o direito a uma educação escolar específica e diferenciada. Uma conquista que não os acomodou ou impediu de continuar a luta incansável para defender e demarcar um currículo diferenciado que atenda às suas necessidades e garanta a inclusão da cultura na escola e da escola na cultura, resistindo sempre à colonização escolar dos saberes indígenas, bem como a escolarização da cultura, do modo de viver e de ser indígena em sua ampla diversidade.

Como resultado da mobilização dos Povos, já existem algumas escolas indígenas no Brasil resultantes de projetos construídos e elaborados a partir dos próprios processos de ensino aprendizagem, modos de viver de cada povo, professores e estudantes indígenas, lutas, trajetórias e histórias das comunidades. Projetos, ações e programas são construídos como proposta de fortalecimento educacional<sup>1</sup>. Percebe-se que a eficácia destes projetos está sempre vinculado a integração das comunidades indígenas ficando evidente o quanto a participação dos povos fortalece, aproxima, desenvolve as práticas educacionais e chega efetivamente nas unidades escolares, demarcando a necessidade destas, assumirem o seu dever político e constitucional com a educação escolar indígena

<sup>1</sup>Esta afirmação refere-se a algumas escolas que vem resistindo e conseguindo por iniciativa da própria comunidade promover uma educação escolar diferenciada, no entanto a maioria das escolas indígenas estão longe da autonomia possível por condições precárias de várias ordens.

Destas experiências construídas lado a lado com as comunidades e, mais precisamente, com os professores indígenas, destacamos a “Ação Saberes Indígenas na Escola” que apresenta relevantes resultados na perspectiva do fortalecimento de uma educação escolar específica e intercultural. Os desafios são inúmeros e de todas as dimensões. Os povos indígenas na Bahia habitam diferentes territórios, com consideráveis distâncias geográficas, especificidades regionais, locais e culturais que precisam ser sempre consideradas para garantir a consolidação de uma política educacional de formação de professores específica para educação escolar.

No marco legal a Ação Saberes Indígenas na Escola é amparada na Resolução nº 54, de 12 de dezembro de 2013, com alterações da Resolução nº 57 no mesmo ano e teve como gestora: a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECA- DI/MEC, substituída em 2019 pela Secretária de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP) e na Rede do Território Etnoeducacional Yby Yara<sup>2</sup> está sendo executado e coordenada pela Universidade do Estado da Bahia/UNEB e pelo Instituto Federal da Bahia – IFBA (Campus de Porto Seguro), tendo como parceiros: Secretaria da Educação do Estado da Bahia – SEC/BA e as prefeituras municipais de Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia, Abaré, Curaçá e Muquém do São Francisco. Inicialmente a proposta foi criada com o objetivo de:

Promover a formação continuada de professores da educação escolar indígena, especialmente daqueles que atuam nos anos iniciais da educação básica nas escolas indígenas; oferecer cursos didáticos e pedagógicos que atendam as especificidades da organização comunitária, do multilinguismo e da interculturalidade que fundamentam os projetos educativos nas comunidades indígenas; oferecer subsídios à elaboração de currículos, definição de metodologias

e processos de avaliação que atendam às especificidades dos processos de letramento, numeramento e conhecimentos dos povos indígenas; fomentar pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas linguagens, bilíngues e monolíngues, conforme a situação sócio - linguística e de acordo com as especificidades da educação escolar indígena. (PORTAL FNDE, [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br))

A “Ação Saberes Indígenas na Escola” gesta o modelo de educação diferenciada quando professores e alunos indígenas assumem o papel de sujeitos na consolidação e construção do conhecimento, no planejamento e execução das propostas pedagógicas. São professores pesquisadores que elaboram orientações pedagógicas, constroem material didático, planejam e realizam formações para os próprios professores, com e para as escolas indígenas com base em um currículo intercultural, contextualizado, enraizado nos saberes historicamente construídos na relação com a terra, a comunidade e com a ancestralidade. Dessa forma surge nesta Ação um novo olhar sobre a educação nas escolas indígenas baseado no respeito e o reconhecimento do fazer a partir de uma prática educativa que nasce da realidade *in loco*, garantindo o fortalecimento da educação por meio da sua autonomia, especificidade, participação e construção pelos próprios povos. Na concepção política da Educação Escolar Indígena que foi adotada na Ação Saberes orientadas pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Indígena (RCNEI) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (DCNEI), procura-se alcançar processos educacionais que integrem as experiências comunitárias, trabalhando a articulação dos diferentes agentes comunitários capazes de transmitir sua experiência aos outros inseridos em processos educacionais que valorizem as formas mais tradicionais de transmissão de conhecimentos, práticas, atitudes e saberes de cada povo indígena.

<sup>2</sup>Território Etnoeducacional é instrumento de gestão da educação indígena, foi definida no Decreto nº 6.861, em 27 de maio de 2009. No decreto de sua criação, o Território Etnoeducacional Nordeste abrigava os limites território dos Estados de Alagoas, Bahia e Sergipe. Recentemente, por decisão de lideranças indígenas na Bahia, o Território Etnoeducacional Yby Yara Yara foi definido circunscrevendo os limites territoriais do Estado da Bahia, e redesenhando a proposta anterior de criação dos TEE. Entre as justificativas para essa redefinição estão os laços históricos, políticos e culturais que estabelecem os povos indígenas que habitam o Estado da Bahia, ainda que esses limites sejam mais flexíveis quando se trata das fronteiras étnicas, como, no caso dos Pataxó, que mantêm fortes vínculos identitários com parentes em Minas Gerais. (Linguagens, identidades e letramentos - Vol. 2, n. 2, jul./dez. 2012 - 12). O Termo Yby Yara significa dono da terra.

A Escola Indígena em sua concepção é de natureza comunitária por isso os saberes tradicionais, costumes, crenças estão presentes nos processos de ensino aprendizagem. A Ação “Saberes Indígenas na Escola” - no território Etnoeducacional Yby Yara, tem dado visibilidade à esta educação. Traz para o material didático e prática pedagógica com seus processos próprios de aprendizagem, os conhecimentos construídos, a identidade étnica, a diversidade sociocultural através dos espaços de socialização da comunidade como suas habitações, as formas de utilização do espaço agrícola, pecuária artesanal e extrativista, produção de farinha, prática da meliponicultura, criação do gado miúdo, manifestações religiosas e festivas.

A recriação oral do lugar a partir de suas próprias narrativas é valorizada pelo grupo envolvido no trabalho de pesquisa; a cultura torna-se dinâmica e uma rede de significados reaviva o trabalho dos pesquisadores. Percebe-se então a compreensão do sentido que os Povos Indígenas dão e têm de suas escolas entendendo-as como parte do modo de viver, percebendo nela, o lugar que crianças, jovens, adultos e idosos aprendem no contexto dos cotidianos das comunidades.

Esta mudança de concepção em matéria educativa implica necessariamente em importantes inovações que a “Ação Saberes Indígenas” coloca em debate e em prática nas escolas dos Povos fazendo nascer das bases uma Epistemologia da Educação Escolar Indígena. Uma ciência não euro-centralizada, mas com os princípios da interculturalidade e os saberes dos Povos indígenas construídos em sua cosmovisão e nos espaços contextualizados. É uma Ação que tem permitido entender os sentidos, anseios e necessidades que as escolas indígenas possuem e enfrentam. Permite uma clareza entre a relação das práticas comunitárias e da cultura com a escola. Consideramos que muitas ações de formação de professores já foram realizadas, mas essa em questão tem a particularidade de ter os professores indígenas diretamente em todo o pro-

cesso de construção, permitindo assim uma visão ampla e minuciosa das necessidades e principalmente das potencialidades de cada escola.

A educação é parte de um processo que se constrói historicamente, culturalmente e só pode ser compreendido e respeitado quando se escuta os principais envolvidos. Nesta perspectiva é necessário entender que a Educação Intercultural só acontece a partir do próprio sujeito cultural.

Para Walsh (2009), a interculturalidade é recorrente nas políticas de Estado em toda América Latina e muitas vezes serve aos interesses de um sistema de dominação, a colonialidade. Para a autora a educação intercultural crítica não é algo pronto, mas um projeto a ser construído cotidianamente pelos grupos subalternizados. Neste sentido a “Ação Saberes Indígenas” na Escola tem o diferencial de escutar e construir prioritariamente pelas mãos dos professores indígenas; tem a voz das comunidades e a demarcação das práticas culturais respeitadas e presentes nos processos de aprendizagem rompendo com uma ideia colonizadora que ainda permeia às políticas educacionais para os povos indígenas

As diferenças entre a Educação Escolar não Indígena para a Educação Escolar Indígena não são apenas metodológicas. O que para os envolvidos na educação específica e intercultural não é novidade, para muitos envolvidos na construção e implementação de políticas educacionais de Estado, por exemplo, o são. Portanto, resumir a luta de povos que há décadas se organizam em prol de uma educação própria, diferenciada e intercultural à metodologias específicas é, para além do desrespeito, colonizar, invisibilizar, negar a história e os saberes historicamente construídos; é matar culturas, a diversidade e autodeterminação. A Educação Escolar Indígena tem projetos vinculados aos seus povos, e esses têm o direito de ter suas práticas educacionais, currículos respeitadas e principalmente atendidos.

Por esta razão a “Ação Saberes Indígenas” é uma política pública de governo que diante de uma conjuntura adversa e conservadora precisa ser concebida e organizada em Política Pública Educacional de Estado. Essa é uma construção coletiva que depende não somente dos sujeitos envolvidos diretamente na ação e que acreditam nas mudanças, mas, sobretudo, da luta e organização dos Povos indígenas na arena política do Estado brasileiro. Se observarmos amiúde, as mudanças que há muitos anos vêm acontecendo no interior da Escola Indígena vão aos poucos e com a incansável luta dos Movimentos Sociais Indígenas e Indigenistas se transformando em leis,

Os objetivos são assim, como guias de orientação que o professor mesmo elabora para desenvolver sua prática, fazer escolhas curriculares, pensando as diversas aprendizagens que quer conseguir, definir que caminhos seguir sabendo que cada aluno vai aprender de forma e ritmo bastante diferenciado. Neste sentido os objetivos vão levar em conta não só a diversidade cultural, base da noção de interculturalidade assumida nos fundamentos gerais, mas também a diversidade individual dentro de uma mesma escola, mesmo que sejam todos professores e alunos, membros de uma mesma comunidade educativa. (RNCEI, 1998, p. 60)

A Educação Escolar Indígena como mediação possível e necessária no seu conjunto discute a autonomia, ancestralidade posse e uso da terra dentro de uma dialética que une a luta política, religiosa, estética e do saber como possibilidade, não como favor do Estado e dos governos, mas como resultante de um processo tenso que coloca no seio do Estado não a ótica do favor, do controle da racionalidade institucional, mas a autonomia e a conquista dos Povos. Não uma política pública de cima para baixo, mas de baixo para cima que enfrenta os conflitos e as heranças sócio - antropológicas de um Estado autoritário.

## **TECENDO SABERES NAS ESCOLAS INDÍGENAS DO NORTE E OESTE DA BAHIA: UMA EPISTEMOLOGIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA QUE NASCE NO CHÃO DAS ALDEIAS<sup>3</sup>**

A “Ação Saberes Indígenas” nas Escolas do Território Etnoeducacional Yby Yara tem conduzido uma discussão político-pedagógica participativa e de valorização dos princípios culturais dos povos indígenas do Estado da Bahia. O caráter coletivo da construção do conhecimento e das práticas sociais nos encontros de formação e de produção de material didático tem possibilitado um olhar crítico sobre o modelo de educação implantado e enraizado nos currículos ainda eurocêntricos e colonialistas. Dessa forma, os professores envolvidos se mostram preocupados com a organização do trabalho pedagógico e procuram socializar as problemáticas vividas. É nas reuniões de planejamento e avaliação dos encontros que acontecem as trocas de experiências. Assim, a proposta de educação intercultural dirigida à otimização do desenvolvimento de habilidades e competências referentes às diversidades, ancestralidade e à identidade cultural dos povos, tem sido o caminho percorrido pela “Rede Saberes Indígenas na Escola”.

[...] sabemos que a proposta de uma escola indígena de qualidade, específica, diferenciada, bilíngue, intercultural, só será viável se os próprios índios, por meio de suas respectivas comunidades, estiverem à frente do processo como professores e gestores da prática escolar. E para que essa escola seja autônomo e contribuam para o processo de autodeterminação dos povos indígenas, afinada com os seus projetos de futuro, é fundamental a criação de novas práticas de formação. Estas devem permitir aos professores indígenas atuar, de forma crítica, consciente e responsável, nos diferentes contextos nos quais as escolas indígenas estão inseridas. (RNCEI, 1998, p.10)

<sup>3</sup> O plano de trabalho da Ação Saberes Indígenas na Escola elaborado conforme a realidade, compreensão e contexto de cada território, neste sentido embora seja uma proposta inicialmente construída na esfera federal é reconfigurado nas regiões com base no diálogo, escuta e fazer pelos sujeitos envolvidos para atender as reais necessidades das comunidades indígenas sendo os principais protagonistas e interessados os professores, gestores, lideranças e estudantes pertencentes a estas comunidades. É uma Ação que embora esteja sendo desenvolvida em quase todas as escolas indígenas da Federação, cada experiência tem sido única porque reflete a diversidade étnica dos Povos.

O protagonismo indígena é entendido aqui como estando dentro de um processo histórico, através da educação Indígena e comunitária que se dá no cotidiano dos Povos bem como na escolarização formal, tendo a escola como um dos principais meios para promover a mudança. O ato de conscientização e de problematização de experiências durante a Ação tem dado visibilidade para a continuidade da qualificação profissional e da construção de currículos para as escolas indígenas. Nesse sentido, o estabelecimento de novas dinâmicas, concepções e mecanismos nas escolas para atender as especificidades, a gestão de um modelo de educação que assegure a interculturalidade, interdisciplinaridade, transversalidade, contextualização da educação e identidade etnocultural de cada povo, é tarefa que exige esforço dos agentes diretos (professores, gestores indígenas, equipe técnica, alunos), assim como dos poderes públicos responsáveis pela educação das crianças, jovens, adultos e idosos das comunidades indígenas.

Partindo desta perspectiva, a “Ação Saberes Indígenas” tem se constituído em um grande desafio para os professores indígenas e não indígenas e de aprendizado para os agentes das Universidades envolvidas. Os planos de trabalhos construídos para a formação dos professores em todas as etapas são delineados considerando as especificidades da educação escolar indígena, de suas diretrizes e currículos a partir das vivências de formação na comunidade, da reflexão sobre as práticas docentes nas escolas em que atuam e assim vão buscando ressignificá-las no contexto das suas demandas educacionais e na compreensão e percepção da presença das práticas cotidianas da cultura nos processos de aprendizagem.

Urquiza (2015) destaca como fundamentais duas categorias das diretrizes para educação escolar indígena e que buscamos que sejam refletidas na “Ação Saberes Indígenas”,

Primeiro o conceito de escola indígena no qual o currículo passa a ser visto como hipótese cuja identidade está na natureza e história de cada comunidade e segundo, o surgimento como necessidade epistemológica da figura do professor-indio ser produtor e/ ou organizador de conhecimentos: conhecimento tradicional elaborado/reelaborado e vivido pelo seu povo que deve buscar fazer a ressignificação ou a compreensão dos mesmos, através do diálogo com outras culturas e outros saberes[...] (NASCIMENTO; AGUILERA URQUIZA, 2005)

Nesta ótica, a proposta desenvolvida pela “Ação Saberes Indígenas” na Escola nos encontros de formação se transforma em um espaço em que os sujeitos da ação se reconstruem na interculturalidade durante todo o processo, uma vez que as postulações apresentadas nos estudos buscam provocar nos professores/mediadores/ “cursistas” uma contextualização com suas práticas de alfabetização e numeramento. como mostram algumas falas dos professores<sup>4</sup>.

Fala 01:

“A oportunidade de unir todos os alfabetizadores da região norte e oeste, possibilitou uma interação e troca de experiências riquíssimas. Assim, no primeiro momento foi avaliada a matriz de referência de letramento e alfabetização, posteriormente o simulado da Avaliação Nacional de Alfabetização - ANA, discutindo e analisando as questões propostas e apontando os descritores, as contradições e as bases de referências em cada uma delas. No segundo momento, trabalhamos a construção das sequencias didáticas dentro das nossas perspectivas e contextualidade, posteriormente as produções de atividades seguindo eixos temáticos, que irão compor um caderno de orientações pedagógicas dentro da perspectiva da Educação escolar Indígena”.

(Rosivânia Cruz de Araújo Tuxá)

Fala 02:

“Os encontros do curso foram marcantes porque cada um deixou muitas coisas boas como conhecimentos adquiridos e tivemos muitas vivências e troca de experiências nesses encontros. Sabemos que cada um dos temas abordados teve seu significado e um sentido para ser praticado e desenvolvido em sala de aula. Então o curso dos Saberes deu um norte para os educadores indígenas porque nas etapas foram colocados vários componentes como Alfabetização Científica, Interculturalidade, Numeramento, Etnolingua-

<sup>4</sup> Falas extraídas dos Relatórios da Ação Saberes Indígenas no Território Etno educacional Yby Yara entre 2015 a 2018

gem e outros. O curso mostrou para os povos indígenas suas formas próprias de organização social, seus valores, tradições e processo de constituição de saberes. A escola incorpora a identidade específica e cultural.”

(Adailta Menezes Cruz Kaimbé).

#### Fala 03:

“Saberes Indígenas é um programa voltado para Educação Escolar Indígena, visando uma melhoria nas práticas pedagógicas e aperfeiçoamento dos professores indígenas, no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. O professor possui um papel fundamental no desenvolvimento de ensino e aprendizagem, pois deverá estar atento aos conhecimentos prévios dos alunos, onde a linguagem oral é predominante. Os Saberes Indígenas leva a refletir sobre uma educação que temos com a educação que queremos, pois o indígenas querem uma educação que seja diferenciada e de qualidade, que respeite os conhecimentos do convívio familiar, social, levando estes conhecimentos para a sala de aula para que possa ser trabalhado de forma prazerosa, com ludicidade e significado.”

#### Fala 04:

“Em todos os módulos dos Saberes Indígenas foram discutidos as práticas pedagógicas dos professores, a importância do saber/fazer a vivência do povo local, como um ponto de partida para um conhecimento mais elaborado e científico, partindo de uma discussão fundamentada em teóricos. A Ação Saberes Indígenas na Escola é necessária para reafirmação e valorização dos costumes, raízes culturais, ou seja, o ambiente natural, social, cultural e imaginário de um povo, e fortalecimento da comunidade indígena, possibilitando uma educação de qualidade, a partir de práticas pedagógicas voltadas à educação escolar indígena, com construção de material didático contextualizado e diferenciado para trabalhar em sala de aula, respeitando um conjunto de conhecimentos da realidade dos alunos. “Portanto, o planejamento pedagógico deverá ser elaborado visando o fortalecimento da cultura, língua, costumes e tradições e uma aproximação dos conhecimentos local com o universal”.

(Maria de Fátima Ferreira de Carvalho - Povo Kaimbé)

#### Fala 05:

“A formação em Letramento ocorreu de forma contínua com uma metodologia dinâmica através de questionamentos sobre a temática, exposição visual, textual, e explanação teórica, provocando o debate e instigando de forma que ao final da formação pude constatar que o conhecimento prévio em letramento levantado no momento inicial da oficina já havia tomado outras proporções, outros significados e a percepção da capacidade de produzir intelectualmente conhecimento de mundo se aflorou através das produções finais apresentadas”.

(Socorro Tuxá, Orientadora de Estudos)

#### Fala 06:

“O Programa Saberes Indígenas na Escola do Território Yby Yara, é uma formação muito importante para nós professores indígenas do norte e Oeste da Bahia porque sentamos para refletir sobre como trabalhar uma educação específica, diferenciada, comunitária e de qualidade dentro das escolas indígenas de cada comunidade. Cada uma com a sua especificidade, buscando práticas pedagógicas de melhorar o ensino aprendizagem criando materiais didáticos específicos como: cadernos contendo contos lendas de cada povo, livros de alfabetização contendo produções de seus próprios professores e comunidade. Nesses encontros debatemos sobre cultura, religião, políticas públicas, conjuntura política do país, projetos futuros, execução de projetos em andamento, todos voltados para educação. O programa saberes indígenas na escola também trabalha mesmo que inconscientemente com a união dos povos indígenas, sejam da mesma etnia, sejam de etnias diferentes. Com as formações dos saberes indígenas, estamos juntos novamente e dessa vez, por um objetivo comum que é uma educação de qualidade para nossas comunidades e perpetuação da nossa cultura, tradição e religião aprimorando técnicas de ensino aprendizagem há muito tempo usadas pelos nossos antepassados. O Programa Saberes Indígenas na Escola vem dando bons resultados, com professores mais conscientes de suas responsabilidades, pesquisadores da nossa própria cultura, comprometidos com as lutas coletivas da comunidade, reelaborando formas de ensino aprendizagem que sempre existiram na comunidade, mas que se fazia necessário um olhar mais atento.”

(George Cataá Tuxá).

Percebe-se nas falas que a Ação problematiza a exclusão das matrizes indígenas, refuta a cosmovisão de desumanização e desvalorização dos rituais, modos de organização sociopolítica e econômica que foi amplamente difundida e predominantemente internalizada pelas sociedades indígenas e não indígenas precisando ser constantemente refletida e percebida em nossas práticas, falas, simbologias e estruturas sociais. Os encontros de formação vão gradativamente consolidando as mudanças nas pessoas, suas trajetórias subjetivas, suas formas de significação e representação do mundo em especial a superação das heranças coloniais que dizimou os corpos, sentimentos, formas de vida e culturas dos povos indígenas.

A mudança no inconsciente e no imaginário de todos os sujeitos protagonistas envolvidos no processo de formação amplia as rupturas em curso em um país multiétnicos e plurirreligioso.

### **MATERIAL DIDÁTICO ESPECÍFICO, CONTEXTUALIZADO E PRODUZIDO PELOS PRÓPRIOS INDÍGENAS**

A Ação Saberes Indígenas na Escola tem também por objetivo oferecer recursos didáticos e pedagógicos para fortalecer os projetos educativos das escolas, fortalecer a construção de currículos, metodologias e processos de avaliação que atendam as especificidades do letramento, numeramento e dos conhecimentos indígenas; fomentar pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos de acordo com cada especificidade. Trata-se de uma ação com foco principal na formação continuada de professores que atuam na educação indígena.

Neste sentido o grupo envolvido nessa ação na Universidade do Estado da Bahia, decidiu colocar a construção do material didático específico como um dos grandes objetivos do trabalho. Não foi uma

decisão tomada simplesmente para atender ao que reza a portaria Nº 98 de seis de dezembro de 2013 que classifica a produção de material didático como “fomento”.

Entendemos que fomento é um impulso, movimento, incentivo. Para os professores indígenas envolvidos na Ação Saberes Indígenas na Escola desta região, a construção de material didático, está para além de um impulso, é efetivamente atender aos anseios das comunidades escolares indígenas. Assim, foi necessário dar um passo e compreender o desafio e sua importância para a consolidação de um currículo específico diferenciado e intercultural.

A Ação Saberes Indígenas na Escola é estruturada por várias dimensões e uma delas a definição de funções e perfis para garantir o bom andamento das atividades: coordenador – geral, coordenador – adjunto, supervisor da formação, formador, coordenador de ação, orientador de estudos e professores cursistas, cada um com suas funções. A primeira tarefa foi a de compreender com qual perfil estava a atribuição de coordenar a elaboração de materiais didáticos e paradidáticos, ficando evidente que a tarefa cabia aos formadores com o apoio dos supervisores e coordenadores.

Amadurecendo no intuito de compreender que construção era essa e com base em experiências anteriores, decidimos que precisávamos organizar uma equipe disposta a encarar o desafio dos “materiais didáticos específicos” e em resumo, todos os perfis passaram a fazer parte do grupo, isso devido ao nosso primeiro aprendizado: a educação indígena é um projeto comunitário e em sua construção nenhum sujeito da comunidade pode ficar de fora, todos somam forças e agregam com os seus saberes. Assim, formou-se uma equipe para pensar, pesquisar e acompanhar a construção de materiais didáticos da Ação Saberes

Indígenas nas regiões norte e oeste da Bahia. O grupo aceitou trabalhar na perspectiva de subsidiar a prática pedagógica nas unidades escolares indígenas, pesquisar e analisar as produções já realizadas.

## **PRODUÇÃO DIDÁTICA PARA OS ENCONTROS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NAS ESCOLAS DAS COMUNIDADES**

Nesta trajetória percebemos o conflito do não saber fazer, do tentar encontrar o caminho certo e com os ranços de uma formação cartesiana, ainda tínhamos a consciência de que existia o método exato na elaboração de materiais didáticos específicos. Desta forma iniciamos uma busca aos teóricos da área para fortalecer essa empreitada na esperança de descobrir a fórmula perfeita. Nesta busca também veio o amadurecimento gradativo. Pesquisamos, discutimos, buscamos outras experiências, mas chegamos à conclusão que quando se trata de “especificidade”, não é simples, não encontramos receitas prontas, não se trata de diferentes abordagens, não se trata de colocar contextos, cotidiano, contos, histórias, imagens nos materiais, e sim, de garantir que os saberes indígenas não apareçam escolarizados ou colonizados.

Não é objetivo incluir a cultura e os saberes nos conteúdos escolares, não está no desejo à construção de um material que valorize por valorizar, inclua por incluir, os mitos, contos indígenas, a relação com o território, à questão da terra, os causos e a oralidade. A proposta é a construção de um material didático específico, que atenda as escolas indígenas, o que exige compreender que representação do cultural não garante a especificidade do material. Está se tratando de material para a educação escolar, para ser utilizado na escola.

A escola é um ambiente “de muitos aspectos (...), onde acontecem os processos educacionais que envolvem todas as características, relações sociais,

culturais da comunidade. (...) espaço de vida, de movimentação humana, de sustentabilidade de uma comunidade” (SANTOS; TUXÁ, 2017, p. 16).

Na escola utiliza-se as práticas culturais, os saberes ancestrais e estes, dão impulso e estruturam as práticas pedagógico - didáticas nesse ambiente onde os sujeitos dão sentido aos seus modos de viver e ser indígena. O grupo responsável pela elaboração e organização dos materiais de Letramento reafirmam no seu plano de trabalho estes princípios:

(...) O que pretendemos é construir materiais didáticos para sistematização dos conhecimentos étnicos e comunitários, que contribuirá sem dúvida, com o currículo diferenciado e intercultural das escolas indígenas do norte e oeste da Bahia. (...) Buscamos uma educação escolar com formação para a vida, não apenas como um instrumento de formação dos indivíduos para disputarem uma posição no mercado de trabalho, pois a educação da sociedade envolvente é necessária, mas não é o único caminho. (...) O objetivo maior, com a construção de material didático específico é oferecer formação e aportes que promova o fortalecimento da identidade étnica, das práticas culturais e de valores do cotidiano da vida comunitária indígena, garantindo assim, a manutenção dos saberes ancestrais, valorizando o próprio modo de ser, de fazer e de querer do povo indígena e sua relação com o universo em diálogo com outras culturas. Almejamos, dessa forma, uma educação transdisciplinar que conduzirá a uma educação de fato intercultural.

(Depoimentos da Equipe de Material Didático da Ação Saberes Indígenas na Escola. UNEB/2017)

Trata-se evidentemente de uma construção de diversas vertentes e contradições, mas é necessário dar o primeiro passo para seguir no caminho da construção de um currículo que atenda aos anseios e reivindicações dos povos indígenas. Essas reivindicações estão postas nos documentos legais, como evidencia o grupo de construção e organização do material didático da Ação Saberes Indígenas:

As mudanças de paradigmas na Educação Escolar Indígena surgem com marcos regulatórios, conquistados com o protagonismo indígena na luta por seus direitos, dentre estes, consideramos um dos mais importantes, senão o mais importante a Constituição de 1988. Com esse advento, a Educação Escolar Indígena ganha enorme significado para as populações indígenas. Após a Constituição de 1988, vários outros documentos legais somam e reforçam o que orienta a Constituição sobre a oferta, a responsabilidade e o currículo das escolas indígenas.

(Depoimentos da Equipe de Material Didático da Ação Saberes Indígenas na Escola UNEB/2017)

O material didático visa subsidiar as práticas do professor e tem como foco principal a aprendizagem dos estudantes que para ter sentido precisa ser contextualizado tendo a cultura embrenhada nos conteúdos. Ele não vai apresentar para ensinar a cultura, o específico não é construir um material didático que ensine a cultura, sim, que além de atender as necessidades efetivas das escolas, tenha essência, sentido e mãos dos que fazem a educação escolar indígena.

Outra compreensão desse processo de construção é que a elaboração de materiais específicos só pode ser efetivamente consolidada, quando se coloca como um fazer pedagógico dos professores indígenas e nas escolas indígenas, além de ser construído pelos envolvidos no processo, é na comunidade, na escola, que essa construção deve acontecer, pois, a subjetividade diz e reflete muito além do perceptível. Construção entrelaçada e embrenhada pelos saberes culturais, não como uma forma de ensinar ou valorizar esses saberes e sim, fazer o “específico” em equilíbrio às necessidades das práticas pedagógicas e comunitárias. A educação escolar indígena representa um projeto que a comunidade deseja para seu povo, portando é a representação de um Projeto de Povo, e o material a ser trabalhado nessa escola deve ser para além de um simples material didático e paradidático; deve atender a esse projeto de povo, a esse projeto comunitário.

Apenas os membros dessas comunidades sabem responder sobre esse projeto e são os mais indicados para orientar essa construção, demarcando o que é prioritário para seu povo no processo de ensino e aprendizagem. Na fala dos professores:

“A produção de materiais didáticos tem sido um aporte importantíssimo para os professores indígenas alfabetizadores, pois são capazes de traduzir a complexa relação entre os mundos social, ecológico e espiritual da cosmologia indígena”.

(Depoimentos da Equipe de Material Didático da Ação Saberes Indígenas na Escola UNEB/2017)

Destacam ainda que: “A Ação Saberes Indígenas na Escola, tem buscando consolidar os espaços de socialização de experiências e aprendizagens como espaços efetivos de formação e produção de materiais didáticos específicos que alcancem o terreiro das aldeias”.

Os materiais didáticos específicos evidenciam outras formas de abordar no cotidiano escolar os aspectos de vida, o sentido da escola, sujeitos, tempo, ambiente, espaço, modo de viver, modo de ser, saberes e principalmente projetos de vida da comunidade. Fortalece o entendimento de que o material específico não escolariza os saberes e a cultura, ele é em sua essência oriunda dos saberes e da cultura de cada comunidade e de cada povo, ou seja, ele não representa mas é parte do modo de vida dos povos. Não traduz, ele atende aos saberes e ao projeto de povo. Enfrentamos este grande desafio de organizar a produção de material didático porque mesmo sem experiência, trata-se de uma equipe conhecedora, integrante dos projetos de povo, dos projetos comunitários, dos saberes, da cultura. Ainda que trabalhando com poucos recursos financeiros, humanos, tecnológicos, a equipe mantém a crença, utopia e esperança, encorajando uns aos outros no caminho a ser percorrido.

Com empenho e muita coragem de enfrentar os padrões de educação estabelecidos nas políticas educacionais do Estado da Bahia, o grupo continua fazendo caminho, história, compreendendo a partir dos próprios sujeitos o que é “específico” e “diferenciado”, com a construção de um material qualificado que responda as necessidades e reivindicações dos povos.

Essa construção é fruto da resistência, militância e ainda busca-se dialogar com a Superintendência de Educação Básica do Estado da Bahia no que se refere a Educação Indígena, pois, compreende-se que a experiência de construir e consolidar materiais didáticos e paradidáticos atendendo aos professores indígenas num movimento constante de ação-reflexão é não só uma exigência legal como também atender às perspectivas e demandas dos povos que já externaram este desejo nas diversas conferências de Educação Escolar Indígena.

### **PROCESSOS DE AVALIAÇÃO NA AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA REDE YBY YARA**

Pensando na qualificação dos profissionais envolvidos, a Ação Saberes Indígenas na Escola no Território Etnoeducacional Yby Yara procura utilizar metodologias de avaliação que atenda as especificidades dos processos de letramento e numeramento, focos das formações e construções coletivas. A experiência da primeira etapa conduziu às avaliações amadurecidas além da certeza de que precisava consolidar a Ação Saberes Indígenas na Escola como Política Pública de Estado.

A concepção de avaliação defendida na formação se constitui de análise reflexiva e permanente da prática formativa, da formação da consciência política, da construção do conhecimento e do trabalho realizado nas escolas indígenas, portanto, representa um meio de acompanhamento e redimensionamento da trajetória, com vistas a su-

perar as lacunas pedagógicas da prática formativa dos mediadores e dos professores indígenas num movimento constante de ação - reflexão da proposta desenvolvida considerando, sobretudo, as especificidades das produções e perspectivas dos conhecimentos dos povos indígenas. Nesse sentido, o caminho utilizado contempla a análise das produções escritas individuais e coletivas (síntese reflexiva) com foco nas expectativas dos professores acerca da proposta de estudos praticados nos encontros; auto avaliação da participação nos debates e atividades realizadas; diagnóstico dos relatos de experiências que retratam os percursos profissionais vivenciados no cotidiano das escolas indígenas; análise das socializações de atividades e textos utilizados no processo de letramento e numeramento pelos professores indígenas nas salas de aula e fora dela; sistematização das produções de textos literários; análise do planejamento e atividades de letramento e numeramento contextualizadas com a realidade vivenciada nas aldeias elaboradas pelos orientadores/mediadores e professores; entrega dos relatórios que descrevam o percurso formativo, apontando as lacunas e avanços da formação; envolvimento da e na comunidade, pedagogias no terreiro da aldeia.

Encontramos muitas dificuldades no sentido de construir processos avaliativos mais eficazes devido à ausência de profissionais qualificados para o trabalho técnico de editoração, diagramação, revisão, design gráfico, estruturas físicas e recursos financeiros, tecnológicos, transportes na IES para visitas e acompanhamento às comunidades. Estas ausências demonstram que nem as Universidades nem o Estado com seus gestores conseguiram compreender de fato a importância de consolidar seu compromisso com os Povos indígenas através da implementação de uma Política de Educação Escolar Indígena que ultrapasse os limites das chamadas Ações Afirmativas tão difundidas nas propagandas. Enten-

demos que sem um planejamento prévio, dotação orçamentária, estruturas internas e mudanças de paradigmas, aquelas serão apenas ações assistencialistas, assimilacionistas que não contribuem de fato para autonomia e autodeterminação dos Povos no que diz respeito aos seus princípios educacionais.

## **A UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA E A AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA NO TERRITÓRIO ETNOEDUCACIONAL YBY YARA**

O Artigo 78 e 79 da LDB determina que:

...caberá ao Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas. Artigo 79: estabelece que as responsabilidades originárias da União devem estar compartilhadas com os demais sistemas de ensino, determinando procedimentos para o provimento da Educação Escolar Indígena e salientando que os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas .

(Lei de Diretrizes e Bases – Lei n. 9.394/96: Título VIII – Das Disposições Gerais, Artigos 78 e 79)

Apesar da legislação estabelecer que a responsabilidade com a Educação Indígena deve ser compartilhada entre os entes Federados e os demais Sistemas de Ensino, existe um hiato entre o que reza a Lei e o que de fato existe nesta afirmativa. Os entraves encontradas pela Universidade do Estado da Bahia na implementação e gestão da Licenciatura Intercultural de Educação Escolar Indígena e da Ação Saberes Indígenas na Escola, confirmam a falta de investimento e consolidação de uma Política de Educação Escolar Indígena tanto em nível de governo Federal quanto Estadual. Esta ausência se configura desde a morosidade de repasse de recursos financeiros do FNDE para as instituições de Ensino Superior vinculadas aos estados, até à estruturação, fortale-

cimento e funcionamento do Território Étnico Educacional Yby Yara pelos gestores da Educação na Bahia. Mesmo com Convênio assinado entre FNDE e UNEB para implementação da Ação Saberes Indígenas na Escola, a instituição estadual passou três anos para receber o valor acordado para a execução da Ação. Ainda assim todas as etapas foram realizadas em tempo hábil devido ao compromisso da UNEB através de seus agentes (gestores, pesquisadores, técnicos, estudantes) e dos Povos e escolas indígenas nas regiões norte e oeste do estado.

Tratando-se da Universidade do Estado da Bahia, apesar dos violentos cortes orçamentários que vem sofrendo nos últimos anos e necessitando avançar em suas políticas e concepção de inclusão, ao nosso ver, ainda mantém o compromisso político e acadêmico com os povos indígenas reafirmando sempre os seus princípios no processo de humanização e emancipação das pessoas, especialmente no que se refere à transformação das realidades humanas e justiça social.

Com seus vinte e nove Departamentos distribuídos em vinte e quatro municípios, a UNEB vem rompendo as fronteiras da produção do conhecimento e muitos agentes pertencentes aos quadros desta Instituição estão investindo na formação da consciência crítica e política dos sujeitos, proporcionando nas regiões onde atuam o desenvolvimento social, histórico, cultural, político e econômico, criando possibilidades para atender às peculiaridades dos diversos grupos socioculturais. Neste sentido, as práticas acadêmicas e comunitárias constituem-se numa intervenção social pautada na ressignificação do binômio identidade/cultura decorrente de uma nova inserção profissional e reconstituição subjetiva dos modos de ver, pensar e de viver a realidade.

Tudo isso é resultante da mobilização dos povos que estão dentro e fora da Universidade e do compromisso de professores, alunos, servidores técnicos que entendem a necessidade da incorporação das identidades do nordeste no projeto de educação formal. A UNEB com sua missão e papel institucional de pertencimento as estruturas de Estado e de governo tem a complexidade e o desafio de incorporar as múltiplas demandas dos Povos indígenas e Comunidades Tradicionais com suas causas e processos identitários que, por estarem próximos, territorialmente falando, demandam da instituição uma política que incorpore, respeite e estimule a cidadania, a cultura, a religiosidade, o modo de conceber o mundo e seu ordenamento, rejeitando as práticas homogeneizadoras comuns nas instituições de ensino. Neste caso, as ações afirmativas na Universidade do Estado da Bahia tem recebido grande impulso com algumas iniciativas como a criação da Pró reitoria de Ações Afirmativas - PROAF; abertura da Licenciaturas Interculturais para professores e professoras indígenas, o PIBID Diversidade com uma infinidade de trabalhos de pesquisas e produção de material paradidático e didático e, sobretudo mesmo que ainda tímida, a estruturação dos Centros Estratégicos para desenvolvimento de políticas na temática Indígena, a exemplo do Centro Estudos e Pesquisas Intercultural e da Temática Indígena – CEPITI no Departamento de Teixeira de Freitas ao sul da Bahia e do Centro de Pesquisas em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação – OPARÁ no norte e oeste do Estado que atualmente coordena no Território Etnoeducacional Yby Yara a Ação Saberes Indígenas na Escola.

Estas iniciativas são conquistas dos Movimentos Sociais, dos Povos Tradicionais, Indígenas, da política de gestão dos últimos reitores da UNEB e dos professores-pesquisadores militantes de uma ciência promotora da vida. Estes últimos por compromisso político com a educação, desenvolve

suas atividades algumas vezes, acima de sua carga horária contatual, sem valorização, sem recursos tecnológicos e logísticos, acusados não poucas vezes por pessoas com postura, visão neoliberal e tecnicista, de não produzimos ciência, de não fazemos pesquisas ou que pesquisa e extensão não é principal objetivo da Universidade, “apenas”, atividade complementar à carga horária docente que deve ser executada em sala de aula na transmissão de conhecimento.

Mesmo com o reconhecimento da relevância e compromisso que a UNEB vem assumindo desde sua origem com a justiça social, cabe aqui também, uma avaliação crítica destas ações afirmativas que aparecem como pontuais dentro de uma tentativa de inclusão e de Universidade Popular, mas sem uma consistência basal, estrutural. O que estamos vendo são ações de boa vontade de gestores a partir da pressão dos sujeitos sociais, mas sem criar estruturas acadêmicas mínimas que possam sustentar estas ações que na prática terminam recaindo na responsabilidade e compromisso de professores, técnicos e alunos, que poderíamos numa acepção gramsciniana do conceito, chamar de intelectuais orgânicos na mediação entre a estrutura acadêmica e os povos indígenas, no caso em questão. Estes profissionais acabam por assumir uma sobrecarga de trabalho para além das atividades acadêmicas já previstas em seu contrato de trabalho e em condições precárias, pois são projetos sem provimento de estruturas físicas, tecnológicas, técnicos especializados e o pior: sem dotação orçamentária específica.

Entendemos que a consolidação da Educação Escolar Indígena como política de Estado e enquanto Sistema Próprio - projeto dos Povos Indígenas no Brasil -, pressupõe uma profunda necessidade de mudanças em todos os sujeitos envolvidos e no modo de conceber o mundo, suas estruturas, processos humanos e sociais. Mudança

radical de paradigmas, mudanças nas ações institucionais, nas práticas gestoras do Estado e das Instituições de Ensino Superior, que precisam sair do assistencialismo e das constantes tentativas de “incluir” os Povos nos modelos convencionais, eurocêntricos e acabados: O Colonialismo moderno! É necessário ter o cuidado para que estas ações não terminem por configurar a reflexão feita por Walsh (2009: 12- 43)

(...) a política multicultural atual sugere muito mais do que o re- conhecimento da diversidade. É uma estratégia política funcional ao sistema/mundo moderno e ainda colonial; pretende “incluir” os anteriormente excluídos dentro de um modelo globalizado de sociedade, regido não pelas pessoas, mas pelos interesses do mercado. Tal estratégia e política não buscam transformar as estruturas sociais racializadas; pelo contrário, seu objetivo é administrar a diversidade diante do que está visto como o perigo da radicalização de imaginários e agenciamento étnicos. Ao posicionar a razão neoliberal – moderna, ocidental e (re) colonial – como racionalidade única, faz pensar que seu projeto e interesse apontam para o conjunto da sociedade e a um viver melhor (...)

Segundo Walsh (2009:14), a interculturalidade crítica tem suas raízes e antecedentes não no Estado (nem na academia), mas nas discussões políticas postas em cena pelos movimentos sociais, fazendo ressaltar seu sentido contra - hegemônico, sua orientação com relação ao problema estrutural-colonial- capitalista e sua ação de transformação e criação.

Falando deste lugar, as IES com seus intelectuais e gestores assim como os gestores do Estado necessitam acreditar de fato na Educação Intercultural, mais que isso, precisam compreendê-la e acima de tudo senti-la. Gramsci fala que não se pode Saber sem Compreender, e acima de tudo sem Sentir e estar Apaixonado:

(...) o erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado, isto é, sem acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um

mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, assim, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica. (GRAMSCI, 1984, p. 138).

De outra forma teremos apenas, um racismo institucional camuflado nas políticas assistencialistas mal implementadas, para oferecer dados estatísticos a organismos internacionais e aparecer ao mundo como nação da Democracia Racial, além de frear as lutas dos movimentos políticos dos povos.

Mesmo sem ser entendida e assumida por enquanto, como política viável e prioritária para formação continuada, como foi solicitado através de diversos documentos dirigidos à Secretaria de Educação do Estado pelos professores e professoras indígenas da Educação Básica, e em reunião do Fórum de Educação Escolar Indígena da Bahia, a Ação Saberes Indígenas na Escola como uma Política de Formação Continuada e Permanente foi assumida e incorporada pelas Escolas Indígenas que durante estes anos pagaram suas passagens e hospedagens para participarem dos encontros de formação em Paulo Afonso, muitas vezes percorrendo grandes distâncias e gastando acima do valor das bolsas que o FNDE disponibilizou como ajuda de custo.

Ainda destacamos na Ação os professores cursistas que nas escolas das comunidades assumiram as despesas com material de apoio didático, além da alimentação nos três ou quatro dias que se reúnem para o desenvolvimento das atividades. A atitude aguerrida dos professores indígenas em manter a Ação Saberes Indígenas na Escola no Estado da Bahia, deveria ser um indicativo para a Secretaria de Educação do Estado através da Superintendência de Educação Básica compreender que é uma proposta revolucionária e que realmente atinge as necessidades da Educação Escolar Indígena e seus professores, uma vez que é protagonizada pelos próprios indígenas no terreiro das aldeias.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA CONTINUAR O DEBATE**

Para estruturar essa ação no Estado da Bahia foram necessários muitos encontros na perspectiva de escutar e sistematizar em planos de trabalhos os aspectos culturais, políticos, sociais, comunitários bem como as concepções, metodologias e políticas de produção de material didático. Assim, partindo da compreensão que a educação intercultural e diferenciada deve ser construída de acordo à especificidade de cada um destes povos e, tendo conhecimento dos documentos legais que se preocupam em apresentar os direitos historicamente conquistados pelos indígenas a Ação Saberes Indígenas na Escola precisa ser concebida e organizada em Política Pública Educacional no Estado da Bahia.

Com os depoimentos dos professores indígenas sobre a ação é evidente que a proposta desenvolvida se transforma em mais um espaço onde os professores encontram possibilidades para uma contextualização de suas práticas de alfabetização e numeramento e percebem o lugar de consolidação das mudanças de superação das heranças coloniais que dizimou os corpos, sentimentos, formas de vida e culturas dos povos indígenas.

Nesse contexto se fortalece a construção de materiais didáticos e paradidáticos que emergem da compreensão de sua essência para garantir que a prática pedagógica não escolarize os saberes indígenas. Na Ação esta demanda encontra muitos entraves para ser executada pela escassez de recursos financeiros, humanos e tecnológicos, todavia, para além das dificuldades as experiências com essas construções evidenciam o quanto é necessário ampliar o olhar das instâncias responsáveis pela implementação de políticas públicas educacionais para as Comunidades Indígenas.

As ações afirmativas na Universidade do Estado da Bahia teve um grande impulso nos últimos anos, sobretudo com a criação dos Centros Estratégicos, a exemplo do OPARÁ e CEPITI, que funcionam com grande esforço dos seus professores pesquisadores e a presença forte das Comunidades Indígenas, porém sem dotação orçamentária, sem recursos técnicos e humanos. Entendemos que a UNEB fez muito mas as ações ainda são pontuais, carentes da consolidação de uma Política de Educação Superior para os Povos Indígenas e apoio à Educação Básica na formação continuada de professores.

As dificuldades encontradas na implementação e gestão da Licenciatura Intercultural de Educação Escolar Indígena, Ação Saberes Indígenas na Escola, e o apoio ao Etnoterritório YbyYara, confirmam a falta da consolidação de uma Política de Educação Escolar Indígena tanto em nível de governo Federal quanto Estadual.

Desde o primeiro ano que foi implementada até o momento, observa-se que a Ação Saberes Indígenas na Escola foi tomando corpo, compreendendo o seu papel e ampliando o seu universo de atendimento. Mais comunidades, escolas, municípios, povos, professores, gestores foram aderindo à proposta. Ampliou-se a carga horária das formações e encontros nas comunidades, ou por necessidades percebida pelos gestores ou por reivindicação dos indígenas. A proposta também foi ocupando espaços na Universidade e na Secretaria de Educação do Estado da Bahia e atualmente é uma das pautas de reivindicação do Fórum Estadual da Educação Escolar Indígena da Bahia - FORUMEIBA e da Associação dos Professores Indígenas do Norte e Oeste da Bahia - APINOBA.

A formação de professores e construção de materiais didáticos específicos são políticas públicas de fortalecimento da educação, neste sen-

tido é fundamental que as instituições gestoras das políticas educacionais conheçam e reconheçam essa necessidade, para assim, elaborar e reelaborar as políticas para formação de professores indígenas, a revisão dos documentos orientadores no intuito de garantir uma formação com um único foco, atender à necessidade e o projeto de povo de cada comunidade indígena.

Talvez o processo em curso como toda dinâmica da existência humana esteja permeado de contradições. Uma delas é o mesmo Estado que historicamente reprime e aniquila corpos, trajetórias, estruturas simbólicas e objetivas, também incorpora a educação escolar indígena como possibilidade de política sistematizada para

responder as demandas destes povos, ainda que seja fruto de suas lutas. Nesta perspectiva o debate se segue: é mudança na gestão e concepção do Estado ou paliativos para silenciar a voz dos povos indígenas na luta pela demarcação de seus territórios? Outro aspecto que nos instiga à reflexão: até que ponto a institucionalização não enfraquece a força criadora da ancestralidade dos povos indígenas na sua forma de ser diferente e igual? Estas são questões que nos instiga a continuar pesquisando e militando na causa indígena, mas sabemos que só o processo histórico pode suscitar estas e tantas outras dinâmicas que foram implantadas, internalizadas pelos povos e que através da educação começam a trilhar novos e amorosos caminhos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Rosilene Cruz. Gerenciamento da educação escolar indígena, poder público e a relação com o movimento indígena: experiência e reflexão. **Revista FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 19, n. 33, p.51- 60, jan./jun. 2010.
- BANIWA, G. S. L. Educação escolar indígena: estado e movimentos sociais. **Revista FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 19, n. 33, p. 35-49, jan./jun. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para Educação Indígena - RCNEI. Brasília, DF: MEC, 1988.
- \_\_\_\_\_. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 3, de 1999. In: GRUPIONI., Luís Donizete Benzi.(Org.) **As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena** Brasília: MEC, 2005.
- CÉSAR, América Lúcia.; SOUZA, Arissana.; BRAZ, Bomfim de Costa.; LIMA, Suzane. **Para uma cartografia da educação escolar indígena**. Linguagens, identidades e letramentos - Vol. 2, n. 2, jul./dez. 2012.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 4ª edição. São Paulo: Globo. 2008.
- FERREIRA, Mariana K. L. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: LOPES da SILVA, A.; FERREIRA, M. K. L. (Orgs.) **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001.

- FLEURI, R. M. (org.). **Educação intercultural**: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 158 p.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**, Vol. II. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRUZINSK, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- L'ETAT, le. **Pouvoir et le socialisme**. Paris: Press, Universitaires de France, 1978.
- NASCIMENTO, Adir Casaro. **Educação escolar indígena e os processos próprios de aprendizagem**. Ameríndia, Cuiabá, p. 175-182, 1997.
- \_\_\_\_\_; URQUIZA, AH Aguilera; Currículo, Diferenças. Identidades: tendências da escola Indígena guarani e kaiowá. **Currículo sem fronteiras**, v. 10, n. 1, p. 113-132, 2007.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1977.
- RESENDE, L. G. **Intelectuais orgânicos e contra hegemonia**. Revista Agora, n.4:1- 17, 2006.
- SANTOS, Anny Carneiro; TUXA, Rosilene Cá Arfer Cataá Tuxá. Educação Escolar Indígena. In: FERNANDES, Floriza Maria Sena; ARAUJO, Rosilene Cruz de. (orgs). **Perspectivas para educação escolar indígena intercultural**/Paulo Afonso: UNEB/OPARÁ, 2017. 85 p. – (Série: Professores indígenas em formação, v.1)
- SEMERARO, G. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós- modernidade. In: **Caderno Cedex** – Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set/dez. 2006.
- SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). **Antropologia, História e Educação**: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001. 398 p.
- \_\_\_\_\_. **Práticas pedagógicas na escola indígena**. São Paulo: Global, 2001, 378 p. (Série Antropologia e Educação).
- URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera. **Currículo e Cultura entre os Bororo de Meruri**. Campo Grande: UCDB, 2005.
- WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: insurgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.